

NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA ¹

1. – Dizem-nos que vivemos num mundo globalizado e que não adianta contestar os ditames da globalização, porque ela é um fenómeno *incontornável* da nossa existência, consequência *necessária e inevitável* do desenvolvimento científico e tecnológico.

Este é, a meu ver, um perigoso discurso ideológico, que esconde a realidade porque não tem interesse em analisá-la criticamente.

O mundo já conheceu outras épocas de características semelhantes às dos nossos dias, com o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos a alimentar poderes imperiais.

A *primeira onda de mundialização e de globalização* está ligada às viagens oceânicas de portugueses e espanhóis, a partir do século XV, tornadas possíveis pela evolução do saber e das técnicas no domínio da construção naval, da astronomia, da cartografia, do regime de ventos e marés, das artes da guerra.

Esta *primeira onda de mundialização e de globalização*, que alargou as fronteiras do trânsito de pessoas e do comércio de mercadorias e permitiu que os povos ibéricos dominassem o mundo (que dividiram entre si, em 1494, através do *Tratado de Tordesilhas*), ficou marcada pela colonização, pela pilhagem dos povos colonizados e pelo tráfico de escravos. Ninguém defende, porém – seria ridículo fazê-lo – que estes últimos episódios foram a consequência inevitável do desenvolvimento da ciência e da tecnologia que permitiu dar “novos mundos ao mundo” e mostrar que a terra é redonda, com a dimensão que hoje conhecemos.

Uma *segunda onda de globalização* teve lugar no último quartel do século XIX, acompanhando a *segunda revolução industrial*, caracterizada por uma série de invenções de base científica e tecnológica que tornaram o mundo mais pequeno, graças à revolução operada nas fontes de energia, nos meios de transporte e nas comunicações.

Esta *segunda onda de globalização* traduziu-se no recrudescimento do colonialismo, na *corrida às colónias* e na exploração sistemática dos territórios colonizados, subordinados aos interesses económicos e políticos das metrópoles e integrados, como *economias dominadas*, nas teias do *mercado mundial unificado*,

¹ Este texto serviu-me de apoio à Conferência de Encerramento da Conferência Internacional sobre o 50º Aniversário dos Pactos Internacionais dos Direitos Humanos, organizada pela Associação Internacional de Juristas Democratas e pela Associação Portuguesa de Juristas Democratas, que decorreu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, entre 10 e 12 de Novembro de 2016.

Ofereço-o, com amizade e consideração, ao meu Amigo José Pinheiro Lopes de Almeida.

submetidas à lógica da *acumulação do capital à escala mundial*, o que consolidou definitivamente o capitalismo como sistema mundial, abrindo a passagem à fase do *imperialismo*.

A *corrida às colónias* (que teve como ponto alto a célebre Conferência de Berlim, 1884/1885, que abriu o processo de partilha dos territórios colonizados entre as grandes potências capitalistas) constitui um dos acontecimentos que marcaram mais profundamente a história contemporânea. Em primeiro lugar, pelos conflitos que gerou entre as potências capitalistas (em último termo, os dois grandes conflitos mundiais deste século tiveram origem em conflitos inter-imperialistas na luta por “espaço vital”). Em segundo lugar, pela situação de dependência e de ‘subdesenvolvimento’ a que condenou os territórios dominados, ainda que formalmente independentes no plano político.

Esta *segunda onda de globalização* veio confirmar a marca originária do capitalismo como “civilização das desigualdades”: foi então que se começou a cavar o fosso que hoje separa os países ditos desenvolvidos dos países ditos subdesenvolvidos. Ninguém pretenderá, no entanto, que a corrida às colónias, a emergência do imperialismo e o desenvolvimento dos conflitos inter-imperialistas foram a consequência automática, incontornável (para usar uma palavra que está na moda) do desenvolvimento científico e tecnológico então verificado.

2. – Os povos colonizados foram as grandes vítimas destas duas ondas de mundialização e globalização: eles pagaram, com o seu *desenvolvimento impedido*, uma parte importante dos custos do desenvolvimento das potências capitalistas e da sua ‘sociedade da abundância’. A *terceira onda de globalização* (com início nos meados dos anos 1970), continua o propósito de explorar os chamados ‘países subdesenvolvidos’, acrescentando o de reduzir outros países, em todo o mundo, ao estatuto de *colónias*.

Para saber do que estamos a falar, talvez pudéssemos dizer, parafraseando Amartya Sen, que a globalização é um mundo em que “o sol nunca se põe no império da Coca-Cola”. Mas valerá a pena tentar ir um pouco mais fundo na compreensão deste fenómeno.

A chamada globalização é um fenómeno complexo, que se apresenta sob múltiplos aspectos (de ordem filosófica, ideológica e cultural), mas que tem no terreno da economia a chave da sua compreensão e a área estratégica da sua projecção. O objectivo final é o de construir um mundo de comércio livre de barreiras físicas ou legais no qual circulem livremente todo o tipo de bens (matérias-primas, semi-produtos e produtos

acabados da indústria e da agricultura), serviços (incluindo os chamados “produtos financeiros”), capitais e tecnologia. Mas esta liberdade já não se aplica aos trabalhadores. Quanto a estes, os grandes centros imperiais procuram barricar-se nas suas fortalezas armadas, para evitar uma nova ‘invasão dos bárbaros’.

Um ponto essencial na caracterização da *globalização neoliberal* é a *hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo*. O *processo de globalização financeira* assume, neste contexto, uma importância fundamental, traduzindo-se, *grosso modo*, na criação de um *mercado único de capitais* à escala mundial, no seio do qual rege o *princípio da liberdade de circulação de capitais*, que permite aos grandes conglomerados transnacionais colocar o seu dinheiro e pedir dinheiro emprestado em qualquer parte do mundo, a qualquer hora do dia ou da noite.

3. – O discurso dominante procura fazer passar a ideia de que a *globalização* é um *processo espontâneo e inevitável*, consequência automática do desenvolvimento científico e tecnológico, nomeadamente das transformações operadas nos sistemas de transporte e nas tecnologias da informação e da comunicação, que permitem controlar a partir do ‘centro’ uma estrutura produtiva dispersa por várias regiões do mundo e permitem obter informação e actuar com base nela, em tempo real, em qualquer ponto do planeta, a partir de qualquer ponto do planeta.

Eu defendo, porém, que a *globalização neoliberal* é, verdadeiramente, uma *política de globalização*, uma política ao serviço de um *projecto político*, concebido e levado a cabo de forma consciente e sistemática por todas as instâncias do poder político e apoiado, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da *ideologia dominante*, o totalitarismo do *pensamento único* assente nos dogmas do *neoliberalismo*.

É claro para mim que a revolução científica e tecnológica não pode ser confundida com a globalização nem pode ver-se nesta o resultado inevitável daquela. Nos primeiros tempos da revolução industrial os operários viram nas máquinas o seu ‘inimigo’ e por isso as destruíram e sabotaram. Cedo compreenderam, porém, que o seu inimigo de classe nunca poderiam ser as máquinas, mas uma outra classe social. Ninguém de bom senso e de boa fé pode cometer hoje o mesmo erro, considerando que a origem dos nossos males está no progresso da ciência e na inovação tecnológica. Seria imperdoável que o fizéssemos. Porque o desenvolvimento da ciência e da tecnologia é *o caminho da libertação do homem*.

A crítica da *globalização neoliberal* não pode, pois, confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do progresso. O que está mal na globalização actual não é, pois, o desenvolvimento científico que torna possíveis alguns dos instrumentos da ‘política neoliberal globalizadora’, mas o *neoliberalismo* que a alimenta, a estrutura dos poderes em que ela se apoia, os interesses que serve, cada vez mais os interesses da pequena elite do grande capital financeiro-especulador.

Sendo a globalização neoliberal um *projecto político*, os seus adversários, empenhados em evitar uma nova era de barbárie, têm de ser capazes de pôr de pé um *projecto político alternativo*, que assente na confiança no homem e nas suas capacidades, um projecto inspirado em valores e empenhado em objectivos que “os mercados” não reconhecem nem são capazes de prosseguir, um projecto que rejeite a lógica determinista que nos quer impor, como inevitáveis, *sem alternativa possível*, as *políticas de globalização neoliberal*.

4. – A partir de 1967, as crises sucederam-se nas economias capitalistas. Mas o primeiro sinal da *crise estrutural do capitalismo* foi a rotura unilateral dos Acordos de Bretton Woods por parte dos EUA (1971), que pôs termo à conversão do dólar em ouro, entregando ao mercado (aos especuladores) o controlo das taxas de câmbio.

Seguiram-se as chamadas *crises do petróleo* (1973- 1975 e 1978-1980), que vieram desfazer a miragem do *capitalismo sem crises* que alguns julgaram uma ‘conquista’ da ‘revolução keynesiana’ e, com a emergência da *estagflação*, puseram a nu os limites do estado keynesiano e das políticas keynesianas, abrindo o caminho ao triunfo da *contra-revolução monetarista*. Iniciou-se o reino do *deus-mercado* e o capitalismo assumiu, sem disfarce, a sua natureza de *civilização das desigualdades*.

Na esteira de Hayek, proclama-se que “a civilização é o resultado de um crescimento espontâneo e não de uma vontade” e que só a “ordem espontânea” consubstanciada no mercado pode assegurar a *free society*, identificando as políticas públicas como *o caminho da servidão*, sobretudo aquelas que visam corrigir injustiças. E condenam-se como *inimigos internos*, seguindo Milton Friedman, “os homens de boas intenções e de boa vontade que desejam reformar a sociedade (...) e obter grandes transformações sociais”, com base na ampliação da esfera de responsabilidade do estado e no alargamento do seu campo de acção.

O combate ao *inimigo interno* foi sempre a mola impulsora e a razão ‘legitimadora’ de todos os totalitarismos, pelo que a ideologia neoliberal não significa

apenas uma oposição radical à filosofia informadora e à prática concretizadora da *democracia económica e social* que ganhou foros de constitucionalidade em bom número de países. Ela veicula projectos de orientação totalitária que não podem desligar-se de certas correntes da filosofia política que acusam o “excesso de carga do governo” (traduzindo: o estado-providência de raiz keynesiana) de ter conduzido à “ingovernabilidade das democracias” e o “excesso de democracia” de ter provocado a “crise da democracia” e que vêm alimentando a guerra contra os “opressivos monopólios do trabalho” (Gottfried Haberler) por parte de quantos proclamam que “os sindicatos começam a ser incompatíveis com a economia de livre mercado.”

A ideologia neoliberal arvorou a *liberdade de escolha* (uma das ‘glórias’ de Milton Friedman) à categoria de *mãe de todas as liberdades*, condição *sine qua non* da dignidade humana. Mas, fiel à sua vocação totalitária, logo acrescenta que quem é contra a liberdade de escolha é contra a *verdadeira democracia*. (F. A. Fonseca) E nós todos sabemos que, para defender a *verdade verdadeira*, foi criada a *Santa Inquisição* (que obrigou Galileu a renegar a sua verdade) e foram criadas as *fogueiras da Inquisição*, onde foi queimado Giordano Bruno (que se recusou a fazer o que Galileu acabou por aceitar).

5. – A propósito da contra-revolução monetarista, fala-se de *substituição da política pelo mercado*, ou de *morte da política*. É este um juízo correcto. Como correcto será dizer-se que esta é uma outra forma de fazer política, porque, tal como o estado, *o mercado é uma instituição política*.

Na verdade, longe de realizar “um dado invariante da natureza humana”, o mercado é uma ‘invenção’ recente: só surgiu em determinadas condições históricas, quando as *empresas* substituíram as *famílias* como unidades de produção por excelência, e quando o móbil da produção deixou de ser a *satisfação das necessidades* das pessoas (das famílias), passando a ser a obtenção de um *ganho monetário*, homogéneo, quantificável e mensurável (o *lucro capitalista*).

O mercado é, pois, como o estado, uma *instituição social*, uma *criação histórica* da humanidade, que surgiu em determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas, coincidindo com o advento do capitalismo como modo de produção autónomo. Desde os primeiros tempos do capitalismo, o mercado funciona como uma *instituição política* destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que garantem a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de

outros grupos sociais, assegurando as condições de vida do capitalismo como *civilização das desigualdades*.

Num livro seminal sobre esta matéria, o professor Natalino Irti (FD/Univ. Roma) mostra que o mercado é “a ‘mão visível’ da lei”, é “um organismo artificial, construído por uma decisão política do estado”, defendendo que “*mercado, política e direito* não são [entidades] isoláveis.” E o professor da FD/USP Eros Grau põe em relevo que a *regulação do mercado* é, desde os primeiros tempos do capitalismo, a função essencial do *direito burguês*, enquanto instrumento de “dominação da sociedade civil pelo mercado”, concluindo que a *regulação do mercado pelo estado* (pelo *direito positivo*) faz do mercado “um signo que conota um *projecto político*, um *princípio de organização social*.” Quer dizer: “mercado e estado não apenas coexistem, são interdependentes, construindo-se e reformando-se no processo da sua interação.” São ambas instituições do *poder social* e do *poder político*.

Tanto basta para ficar claro que a *defesa do mercado*, por oposição à presença activa do estado na economia e à subordinação do poder económico e financeiro ao poder político democrático, não representa apenas um *ponto de vista técnico* sobre um *problema técnico*.

A defesa do mercado significa a defesa da concepção liberal do estado, entendendo este como instância separada da *economia* e da *sociedade civil* e considerando a *não-intervenção* do estado na economia como um corolário da pretensa natureza do estado enquanto pura instância política.

E significa também a defesa de um modelo de sociedade à moda de Hayek, para quem a expressão *justiça social* deveria ser abolida da linguagem dos economistas, porque ela não é “uma expressão inocente de boa vontade para com os menos afortunados, (...) tendo-se transformado numa insinuação desonesta de que se deve concordar com as exigências de alguns interesses específicos que não oferecem para tanto qualquer razão autêntica.”

Ora esta é uma concepção que – desvalorizando a lição dos fisiocratas, de Locke e de Adam Smith – deliberadamente ignora a ‘compreensão’ da *natureza de classe do estado* (para o dizer em linguagem marxista), revelando-se incapaz de compreender que a dita *não-intervenção* do estado na economia é apenas – como os diversos tipos de ‘intervenção’ – uma das formas de o *estado capitalista intervir na economia* para cumprir

a sua missão essencial de garantir as condições gerais indispensáveis ao funcionamento do modo de produção capitalista e à manutenção das estruturas sociais que o viabilizam.

Vistas assim as coisas, a *defesa do mercado* veicula uma concepção acerca da *ordem social que se considera desejável* e consagra uma atitude de *defesa da ordem social* que tudo confia ao mercado. Tal como a *crítica do mercado* e do seu pretenso *carácter natural* (por parte de keynesianos, radicais ou marxistas) significa o reconhecimento da necessidade de *introduzir mudanças na ordem social estabelecida* (para salvar o capitalismo) ou mesmo o propósito de *substituir* a ordem económico-social capitalista (que tem no mercado um dos pilares essenciais) por *outra ordem social* superadora do capitalismo.

6. – Um dos pontos nodais da ideologia neoliberal é a tentativa de reduzir o estado a uma espécie de *estado mínimo*, com o objectivo de esconder o papel fundamental do *estado capitalista* na definição e na execução das *políticas de globalização neoliberal*.

A verdade é que o liberalismo económico funcionou nas condições históricas dos séculos XVIII e XIX, consideravelmente diferentes das actuais. A ‘solução’ liberal de impor aos trabalhadores o ónus de ‘pagar a crise’ (desemprego em massa e salários baixos e decrescentes, até que fosse atractivo contratar mais trabalhadores) só funcionou porque o capitalismo era então, sem disfarces, “um sistema em que os que não podiam trabalhar também não podiam comer” Samuelson/Nordhaus). E os que não tinham o que comer morriam, como era ‘natural’ e ‘justo’, segundo as *leis naturais* do mercado...

Mas o mundo mudou: a revolução científica e tecnológica e a concentração capitalista transformaram as estruturas capitalistas e trouxeram enormes ganhos de produtividade; os trabalhadores reforçaram a sua consciência de classe e ganharam força no plano sindical e no plano político; a generalização do sufrágio universal impediu que os governos continuassem a ignorar impunemente os sacrifícios (e os sacrificados) das crises cíclicas da economia capitalista, qualquer que fosse a sua duração e intensidade.

À medida que os trabalhadores foram conquistando o direito ao sufrágio universal e a generalidade dos direitos civis e políticos, o *laissez-faire* começou a experimentar dificuldades crescentes, que culminaram com a *Grande Depressão* dos anos 1929-1933 e o risco de um colapso iminente do próprio capitalismo.

Nos anos 1950, Raúl Prebisch (o argentino que foi o primeiro Presidente da CEPAL) compreendeu que, no contexto da América Latina, o liberalismo (imposto pelo

FMI aos países com dificuldades financeiras – as famosas *pílulas do Dr. Jacobson*) só poderia ser levado à prática *manu militari*, pela força das armas.

A esta luz, neste tempo em que os protagonistas quase exclusivos são os grandes conglomerados transnacionais, não faz qualquer sentido interpretar a globalização como um regresso aos tempos do ‘capitalismo de concorrência’, agora projectado à escala mundial. E é óbvio também que o neoliberalismo dos nossos dias não pode confundir-se com o regresso ao *laisser-faire* e aos mercados livres, que se diz dispensarem a ‘intervenção’ do estado na economia. Pessoalmente, acompanho István Mészáros (*O Século XXI*, cit., 33) quando defende que o estado nacional continua a ser “a estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida” e “o árbitro último da tomada de decisão sócio-económica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos económicos transnacionais”.

Noutra perspectiva, o estado nacional continua a ser a matriz da liberdade e da cidadania e continua a ser o único espaço em que trabalhadores podem, no âmbito do *estado de direito democrático*, promover a sua organização e desenvolver as suas lutas, pela defesa dos seus direitos e pela transformação do mundo.

Um dia destes o estado nacional talvez venha a público anunciar que a notícia da sua morte terá sido um tanto exagerada...

7. – É hoje particularmente visível que o *projecto político neoliberal* não é um projecto libertário, que dispensa o estado. Nas sociedades de classes em que vivemos, o capitalismo pressupõe sempre a existência do *estado capitalista*. Mas o neoliberalismo, enquanto ideologia que visa reverter em sentido favorável ao grande capital financeiro a correlação de forças entre o capital e o trabalho, exige um *forte estado de classe*, capaz de prosseguir objectivos ambiciosos.

O neoliberalismo não é um elemento estranho ao capitalismo, não é um fruto espúrio que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos ‘filósofos’ que não têm mais nada em que pensar.

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, é a nova máscara do estado capitalista, depois de limpar os cremes das máscaras que usou anteriormente para se disfarçar.

O neoliberalismo é o capitalismo puro e duro, mais uma vez convencido da sua eternidade, e convencido de que não tem de suportar o ‘preço’ de *compromissos sociais*

(como o *estado social*) e de que pode permitir ao capital todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho.

O neoliberalismo é a *ditadura da burguesia*, sem concessões. Mais especificamente: a *ditadura do grande capital financeiro*.

Esta *ditadura* é que tem imposto a *violência* das *políticas neoliberais* que se vêm abatendo sobre os trabalhadores, com o objectivo de transferir para o capital os ganhos da produtividade (na tentativa de contrariar a *tendência para a baixa da taxa média de lucro*). Essa violência tem-se traduzido: na imposição de sistemas fiscais que enriquecem os ricos (os titulares de rendimentos do capital) à custa dos pobres (os titulares de rendimentos do trabalho); na desregulamentação das relações laborais; na ‘guerra’ contra os sindicatos; no ‘confisco’ dos direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores (que muitas constituições consagram como *direitos fundamentais dos trabalhadores*); no esvaziamento da *contratação colectiva* (que mostrou ser, como a OIT evidenciou, um instrumento de redistribuição do rendimento em sentido favorável aos trabalhadores mais eficaz do que as políticas de redistribuição de inspiração keynesiana); no desmantelamento do *estado social*.

8. – A *política de globalização neoliberal* deu um passo de gigante com a aceleração do chamado *processo de inovação financeira*, nomeadamente o desenvolvimento dos mercados de *produtos financeiros derivados, produtos virtuais* cuja criação livre foi autorizada pela legislação que desregulou o sistema financeiro, multiplicando o *capital fictício* e alimentando a *especulação*, que facilitou a apropriação, pelo capital financeiro, de uma parte significativa da riqueza criada pela *economia real* e que moldou o *capitalismo de casino* como *capitalismo do crime sistémico*.

Estima-se que os *mercados de futuros* mobilizam recursos financeiros equivalentes a oito vezes o PIB mundial anual, controlando os mercados dos alimentos (milho, trigo, arroz e soja), dos minerais de vários tipos e do petróleo e outros recursos energéticos, manipulando os respectivos preços a seu bel-prazer. A consciência do poder que isto representa é que dá sentido à tese dos que entendem que tais ‘produtos’ são verdadeiras “armas de destruição maciça” (Warren Buffet).

Mas estas armas não surgiram espontaneamente. Elas foram inventadas e produzidas, consciente e sistematicamente, pelo sistema financeiro, com o aval do estado capitalista e com o apoio de toda a violência que ele é capaz de mobilizar. A ‘revolução’ nas telecomunicações e na informática facilitou a vida ao *grande capital financeiro*

especulador, que pode jogar 24 horas por dia num ‘casino’ de dimensão mundial. Mas não é sério dizer que o *capitalismo de casino* e a *globalização neoliberal* são a *consequência inevitável* do desenvolvimento científico e tecnológico.

A simples observação da realidade mostra que foi um *estado forte* que criou as condições que têm permitido ignorar o *compromisso* dos tempos do *estado social keynesiano*, destruindo os pilares do *Consenso Keynesiano*, substituído pelo chamado *Consenso de Washington*. Foram as instituições do poder político (os estados nacionais e as organizações internacionais dominadas pelo capital financeiro e pelos seus estados) que construíram, pedra a pedra, o império do *capitalismo neoliberal*, inspirado nos dogmas ‘codificados’ no *Consenso de Washington*: plena liberdade de comércio (sem barreiras alfandegárias ou quaisquer outros obstáculos à livre circulação de bens e serviços); *liberdade absoluta de circulação de capitais* à escala mundial (a ‘mãe’ de todas as *liberdades do capital*); *desregulação* de todos os mercados (em especial os mercados financeiros, entregues ao “dinheiro organizado” comandado pelos especuladores profissionais e institucionais; liberdade plena de criação de *produtos financeiros derivados*; imposição do dogma da *independência dos bancos centrais*, que se traduziu numa espécie de ‘privatização’ dos estados nacionais, inteiramente dependentes dos “mercados” (como as famílias ou as empresas) para o seu próprio financiamento (para o financiamento das políticas públicas); privatização do sector público empresarial, incluindo os serviços públicos (até a água!) e as empresas estratégicas que são o suporte da soberania nacional.

Em último termo, poderá dizer-se que são os estados nacionais os fatores da *globalização neoliberal*, porque são eles os signatários dos tratados internacionais que abriram as portas ao *livrecambismo fundamentalista* da OMC (e é sabido que o *livrecambismo* foi sempre a ideologia e a política dos interesses e das potências dominantes) e são eles os responsáveis pelas *políticas de globalização neoliberal*, que abriram caminho ao *capitalismo do crime sistémico*.

9. – A emergência de um verdadeiro *mercado mundial de força de trabalho* é talvez “a principal consequência social da mundialização”. Estamos, sem dúvida, perante um elemento novo na caracterização do capitalismo global, que não existia em 1916, quando Lenine publicou o estudo clássico sobre *O Imperialismo*. E é um elemento que tem actuado em sentido contrário aos interesses e aos direitos dos trabalhadores.

Este enorme aumento do *exército de reserva de mão-de-obra* em benefício das grandes empresas dos países liderantes à escala mundial tem facilitado a concretização do programa neoliberal inscrito no *Consenso de Washington*.

“Imaginemos, por um momento – escreve Joseph Stiglitz (*O Preço...*, cit., 127) –, como seria o mundo caso houvesse livre mobilidade da força de trabalho, mas nenhuma mobilidade do capital.” E a sua resposta é esta: “Os países competiriam para atrair trabalhadores. Prometeriam boas escolas e um bom ambiente, assim como impostos altos sobre o capital.”

Mas o mundo globalizado em que vivemos não se apresenta deste jeito, antes é governado pelo *princípio da liberdade absoluta de circulação de capitais*, num *mercado único de capitais à escala universal*. Nestas condições, “a globalização, tal como tem sido defendida, parece frequentemente substituir as antigas ditaduras das elites nacionais por novas ditaduras das finanças internacionais.” Isto porque, sublinha Stiglitz, a “globalização assimétrica” fruto das políticas neoliberais corresponde aos interesses das grandes empresas que *vivem de rendas*, que “condicionaram a máquina política”, conseguindo que os estados “definissem as regras da globalização de forma a aumentar o seu poder negocial com os trabalhadores.” (*El Malestar...*, cit, 308 e 313)

Estas são as regras vigentes nas chamadas democracias ocidentais, moldadas e governadas pelo grande capital financeiro. As próprias eleições foram transformadas em ‘negócio eleitoral’, substituindo o princípio democrático “uma pessoa, um voto” pelo princípio plutocrático “um dólar, um voto”. Socorro-me, mais uma vez, de Joseph Stiglitz: é a política que “determina as regras do jogo económico”, porque “os mercados são modelados pela política” e as “regras do jogo político são moldadas pelos 1% do topo”.

Sociedades como estas não podem considerar-se sociedades democráticas.

Porque, como Paul Krugman recordava, em finais de 2011, “a concentração extrema do rendimento é incompatível com a democracia real.”

E porque elas configuram uma situação caracterizada pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam.” É este o diagnóstico de Ulrich Beck (*ob. cit.*, 20/21 e 110), sendo óbvio que não pode falar-se de democracia quando falta legitimidade democrática aos titulares do poder político (“o capital e os estados”) e quando falta poder ao povo. Porque a democracia não é outra coisa senão o poder do povo.

Estas são, como observa Federico Mayor Zaragoza, as consequências das políticas neoliberais prosseguidas por todos aqueles que, em certo momento histórico, aceitaram praticar um verdadeiro “golpe de mercado”, ao aceitarem “substituir os princípios democráticos pelas leis do mercado.” (<http://www.other-news.info/noticias/>, dez/2012)

10. – Importantes estudos teóricos sobre esta problemática confirmam que a globalização neoliberal exige um *estado forte*. Com base na experiência do thatcherismo, Andrew Gamble concluiu, num livro publicado em 1994, que: “a Nova Direita acredita que para salvar a sociedade livre e a economia livre é necessário restaurar a autoridade do estado. (...) A doutrina-chave da Nova Direita e do projeto político que ela inspirou é a economia livre e o estado forte”, capaz de “restaurar a autoridade a todos os níveis da sociedade” e dar combate aos *inimigos externos* e aos *inimigos internos*.

Em livro mais recente, Wolfgang Streeck recorda que “já ficou várias vezes demonstrado que o neoliberalismo necessita de um *estado forte* que consiga travar as exigências sociais e, em especial, sindicais de interferência no livre jogo das forças do mercado.”

O sociólogo alemão analisa criticamente o processo em curso de *esvaziamento da democracia*, que caracteriza como “uma imunização do mercado a correcções democráticas”. Começa por salientar que este processo pode ser levado a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível actualmente], ou então “através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos” [promovida pelo que designa “relações públicas capitalistas”].

E explicita depois os caminhos que estão a ser percorridos para conseguir “a eliminação da tensão entre capitalismo e democracia, assim como a consagração de um primado duradouro do mercado sobre a política”: “*reformas* das instituições político-económicas, através da transição para uma política económica baseada num conjunto de regras, para *bancos centrais independentes* e para uma *política orçamental imune aos resultados eleitorais*; através da transferência das decisões político-económicas para *autoridades reguladoras* e para *grupos de ‘peritos’*, assim como dos *travões ao endividamento* consagrados nas constituições, aos quais os estados e as suas políticas se devem vincular juridicamente durante décadas, se não *para sempre*.”

A concretização do *primado duradouro do mercado sobre a política* passa ainda por outros caminhos: “os estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma a merecerem duradouramente a confiança dos detentores e dos gestores do capital,

garantindo, de forma credível, através de programas políticos consagrados institucionalmente, que não irão intervir na ‘economia’ – ou, caso intervenham, que só irão fazê-lo para impor e defender a justiça de mercado na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais. Para tal – conclui o autor –, é necessário neutralizar a democracia, entendida no sentido da democracia social do capitalismo democrático do período pós-guerra, assim como levar por diante e concluir a liberalização no sentido da liberalização hayekiana, isto é, como imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas.”

Quem assim pensa só poderia tirar esta conclusão: “o neoliberalismo não é compatível com um estado democrático, se entendermos por democracia um regime que intervém, em nome dos seus cidadãos e através do poder público, na distribuição dos bens económicos resultantes do funcionamento do mercado.”

11. – No contexto europeu, estas reflexões ajudam-nos a perceber o que está em causa quando as vozes ‘dominantes’ falam de *reformas estruturais*, de *regras de ouro*, da *independência dos bancos centrais*, da *reforma do estado*, de *finanças sãs*, da necessária reforma do *estado social*, do papel insubstituível das *agências reguladoras independentes*, dos benefícios da *concertação social*, da *flexibilização* do mercado de trabalho, da necessidade de *‘libertar’ a acção política do controlo do Tribunal Constitucional*.

Elas reforçam as preocupações dos muitos autores que vêm alertando para o facto de os Tratados estruturantes da UE terem posto de pé um “poder político que já não se separa do poder económico e, sobretudo, do poder financeiro” (Étienne Balibar), um poder político que veio “corroer qualquer credibilidade democrática” ao processo de integração europeia (J. Habermas), transformando-o numa “catástrofe política e económica” (W. Streeck).

Na minha leitura, com o ‘argumento’ de que os *povos do sul* são incapazes de autogoverno, está-se a construir um novo *Leviathan*, para pôr ordem na casa, moderar os que gostam de viver acima das suas posses, governar o presente e garantir o futuro. Um novo *Leviathan* que reduz a política à mera *aplicação mecânica de regras iguais para todos* (ignorando que a UE é constituída por países com situações e com histórias completamente diferentes), regras que são, por isso mesmo, a *negação da política* (e da *liberdade de decisão* que ela pressupõe, com a correspondente *responsabilidade*), a *negação da cidadania* e a *morte da democracia*. Um novo *Leviathan* que é, sem disfarce

possível, a *ditadura do grande capital financeiro*, que vem, friamente, empobrecendo, humilhando e colonizando os *povos dos sul*.

Em último termo, as reflexões de Wolfgang Streeck obrigam-nos a levar a sério este outro ponto: estas soluções 'brandas' (apesar de 'musculadas' e até violentas) só serão prosseguidas se "o modelo chileno dos anos 1970" não ficar disponível para o grande capital financeiro. Se as condições o permitirem (ou o impuserem, por não ser possível continuar o aprofundamento da exploração dos trabalhadores através dos referidos métodos 'reformistas' do "capitalismo democrático do pós-guerra"), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, portador de perigos muito mais sérios do que os inerentes ao *fascismo de mercado* (para os quais alertava Paul Samuelson, já em 1980, numa conferência que proferiu no México) e ao *fascismo amigável* (título de um livro publicado em 1981, por Bertram Gross, colaborador de Roosevelt durante o *New Deal*).

12. – A partir de meados da década de 1970, o sistema cerrou fileiras na tentativa de compensar a *tendência para a baixa da taxa média de lucro* e de prevenir e combater as crises cada vez mais frequentes e mais difíceis de ultrapassar: mesmo quando o PIB começa a crescer, taxas elevadas de desemprego mantêm-se durante mais tempo; os novos postos de trabalho gerados oferecem salários mais baixos do que os vigentes antes da crise. Os *factores estruturais* potenciadores de crises (que se traduzem na baixa generalizada do poder de compra da grande maioria da população) tornaram mais premente a presença de um *estado de classe* cada vez mais forte e cada vez mais comprometido com o capital financeiro, com o "dinheiro organizado".

Em 1994/1995, a crise que teve o peso mexicano como protagonista quase afundou o sistema financeiro dos EUA, e, com ele, o *grande casino* do capitalismo mundial. Os governantes de serviço aperceberam-se de que poderiam estar a viver a história do *aprendiz de feiticeiro*. Tomados de pânico, proclamaram, pela voz do Presidente francês Jacques Chirac (Outubro/1995), que os especuladores são a "a *sida* da economia mundial" e protestaram porque "o mundo está nas mãos *destes tipos*", como escreveu, sem cerimónia, Michel Camdessus, então Director-Geral do FMI.

Apesar do alarme dos criadores perante o comportamento das suas próprias criaturas, a verdade é que nada foi feito para pôr cobro a esta vertigem libertária, nem sequer com o pretexto de salvar a economia mundial desta espécie de 'sida' que vai

diminuindo as suas resistências. Tudo em nome das *liberdades do capital* e em honra ao *deus mercado*.

Perante o evidente risco de pandemia, os defensores do *mercado livre* continuam a defender os *mesmos tipos* e não poupam esforços no sentido de salvaguardar os seus santuários privados, os chamados *paraísos fiscais* ou *paraísos bancários*, que são também (e cada vez mais) sobretudo *paraísos judiciários* (espaços sem lei, sem impostos, sem polícia, sem tribunais). São *estados mafiosos* ou *estados bandidos*, cujo negócio é *vender soberania*: um negócio que mobiliza mais de ¼ do PIB mundial; um negócio em que está comprometida a fina flor do capital financeiro à escala mundial e as estruturas do poder político ao seu serviço; um negócio de lavagem de *dinheiro sujo*, proveniente da evasão e da fraude fiscais, do tráfico de armas e de drogas, do tráfico de pessoas e de órgãos humanos, de toda a grande criminalidade organizada, cujos lucros permitem corromper dirigentes e partidos políticos e também financiar o terrorismo internacional (que alimenta, a pretexto do seu combate, as políticas armamentistas e securitárias que são inimigas da liberdade e as guerras que constituem verdadeiros *crimes contra a Humanidade*).

No contexto da luta contra o crime global e contra o terrorismo global anunciada após os ataques às torres gémeas de Nova York (11.9.2001), o jornalista Francisco Sarsfield Cabral escreveu uma crónica em que dizia (*Público*, 6.10.2001): “Será na determinação de pôr fim aos *off-shores* que teremos a prova real quanto à vontade política de combater o terrorismo e os seus aliados. Por aí, mais do que por acções militares, se verá se a campanha antiterrorista é mesmo a sério.”

Pelo que se vê, parece que não é a sério..., como o próprio Sarsfield Cabral reconheceu em 2008 (*Público*, 22.9.2008): “A luta contra os *off-shores* foi derrotada pelos interesses de quem lucra com eles.” E quem lucra com eles é o *crime organizado*, principalmente o que é desenvolvido e/ou protegido pelo sistema financeiro internacional. Com a indispensável cobertura do *poder político* a vários níveis, com a protecção de todos os ‘arsenais’ que integram o aparelho do *estado capitalista*, o ‘padrinho’ dos grandes ‘padrinhos’ do *crime sistémico* e dos seus ‘homens’, na finança e na política.

13. – Nenhum argumento aceitável pode invocar-se para justificar a existência dos *paraísos fiscais*. Mas eles estão dentro da própria Europa (a *City* de Londres, Luxemburgo, Suíça, Mónaco, Chipre, para além de vários territórios dependentes da

Holanda e do RU) e estão em outros locais ‘civilizados’, como Singapura, Hong-Kong, o estado americano de Delaware, etc.

Uma investigação sobre o banco *Washovia* (o 4º maior dos EUA), feita após denúncia de um seu ex-quadro, apurou que, só em quatro anos, o *Washovia* fez entrar nos EUA, devidamente ‘lavados’, 376 mil milhões de dólares e permitiu concluir que uma elevada percentagem da lavagem do dinheiro do tráfico de cocaína passa pela ‘respeitável’ *City* de Londres.

Em meados de julho de 2012, os jornais noticiaram que o *HSBC* (banco inglês considerado o 3º maior do mundo) foi acusado nos EUA da lavagem de milhares de milhões de dólares dos cartéis da droga colombianos e mexicanos e de outras práticas irregulares.

Também nos EUA, o banco suíço *UBS* e o alemão *Deutsche Bank* foram apanhados a fazer o que não deviam: manipulação das taxas *Libor* e *Euribor* e venda deliberada de produtos tóxicos. E o mais antigo dos bancos suíços (o *Wegelin & Co*) foi acusado de ajudar cidadãos americanos a esconder ao fisco mais de 1,2 mil milhões de dólares.

Na minha opinião, estes bancos deveriam ser pura e simplesmente nacionalizados, sem direito a qualquer indemnização. E os responsáveis por tais práticas deveriam ser impedidos de voltar a exercer a actividade bancária, levados a tribunal e condenados em pena correspondente à gravidade dos crimes cometidos. Mas as ‘leis’ do capital financeiro ditaram outra solução, mais ‘realista’: aqueles bancos pagaram umas multas, e o Departamento de Justiça dos EUA concordou em não os acusar criminalmente. Justificação oficial: o receio de que tal poderia pôr em perigo a estabilidade de alguns dos maiores bancos mundiais, e, em última análise, desestabilizar o sistema financeiro global. Este é, segundo se lê na literatura especializada, o tratamento normal em casos como estes. Eis o retrato do *capitalismo do crime sistémico*.

Em 2012, dois professores da Universidade dos Andes (Bogotá) investigaram os circuitos do tráfico de cocaína e a participação dos grandes bancos neste negócio criminoso e concluíram que os países produtores de cocaína ficam apenas com 2,6% dos lucros do tráfico, cabendo os restantes 97,4% aos grandes traficantes e aos grandes bancos dos países ricos consumidores (sobretudo RU e EUA).

No entanto, alertam estes investigadores, o sistema “tem como objectivo a repressão do pequeno distribuidor, nunca se procurando atingir os grandes negociantes

de drogas ou os sistemas financeiros que os suportam”: ”é um verdadeiro tabu perseguir os grandes bancos.”

14. – Muitas outras ‘histórias’ recentes confirmam a ligação estreita entre o poder político e alguns dos mais importantes bancos mundiais, e o compromisso de ambos em práticas que configuram verdadeiro *crime sistémico*.

A mais exemplar é talvez a que se reporta à actuação de alguns dos maiores bancos mundiais, que, pelo menos desde 2005, *manipularam*, em proveito próprio, os mercados financeiros, através da falsificação da taxa *Libor*, a taxa de referência utilizada, nomeadamente, para determinar as taxas de juro de contratos relativos a produtos financeiros que movimentam um valor correspondente a cerca de dez vezes o valor do PIB mundial.

Fornecendo informações falsas à entidade reguladora e utilizando em seu favor esta *informação privilegiada* relativa à variação da taxa de referência, este verdadeiro *cartel do crime* ganhou, fraudulentamente, muitos milhões da noite para o dia, apostando contra os ‘produtos financeiros’ que eles próprios vendiam aos seus clientes.

Em finais de Julho/2012 a Comissão Europeia dignou-se vir a público falar destes assuntos. Um dos Comissários falou de “comportamento escandaloso por parte dos bancos” e uma das Vice-Presidentes da Comissão não hesitou em falar de “actividades criminosas no sector bancário”. Apesar disso, a Comissão limitou-se a anunciar o propósito da UE de adoptar legislação que *proíba inequivocamente* este tipo de actuação, passando a considerá-la como *actividade criminosa* passível de *sanções penais*. Pergunta a minha ingenuidade: então as “actividades criminosas” a que se refere a Vice-Presidente da Comissão Europeia não eram já passíveis de sanções penais? Esta declaração é um escândalo, em cima do escândalo daquelas “actividades criminosas”!

Em Dezembro/2013, os jornais noticiaram que a Comissão Europeia deliberou aplicar multas a alguns dos bancos culpados de manipular e falsear as taxas de referência *Libor* e *Euribor*. Um dos Comissários declarou-se “chocado com o conluio entre bancos que deviam ser concorrentes” e outros dois falaram de *banksters* a propósito desta elite do “dinheiro organizado”.

É o despudor total e a confissão de que o capitalismo actual é o *capitalismo do crime sistémico*. O grande capital financeiro assenta o seu funcionamento em práticas criminosas. E, para quem acredita nas virtudes do mercado, a manipulação dos mercados não pode deixar de ser considerada um crime grave, um *crime de lesa-mercado*, um *crime*

de lesa-capitalismo! Os fiéis do *deus-mercado* não-de onsidera-lo, certamente, um *crime contra a própria divindade...* Mas o poder político, em vez de punir os criminosos que praticam tais crimes, faz acordos com eles e não os leva a tribunal, para não desestabilizar o sistema financeiro global, que vive do *crime sistémico*. E continuará a viver, com o beneplácito do *estado capitalista* (e de todas as instâncias do *poder político* ao serviço do capitalismo) uma vez que as multas pagas são uma pequena parte dos lucros resultantes das actividades criminosas.

Tem razão o insuspeitíssimo *The Economist* (15.12.2012), os grandes bancos não são apenas *too big to fail*, são também *too big to jail...* Eles são demasiado grandes para irem para a cadeia. As cadeias não foram feitas para gente fina; as cadeias são para os miseráveis, para os negros, para os imigrantes, para os inadaptados à ‘civilização ocidental’, não para os senhores do mundo, os ‘padrinhos’ do *crime sistémico*, que são os ‘donos’ das cadeias. O *estado capitalista*, o seu Direito e os seus Tribunais existem para garantir isto mesmo.

Costuma atribuir-se a Roosevelt a afirmação segundo a qual permitir o domínio da política pelo capital financeiro (o “dinheiro organizado”) é mais perigoso do que confiar o governo do mundo ao “crime organizado”. Seja quem for o autor deste diagnóstico, ele traduz bem a realidade actual e encontra nela plena confirmação: a coberto da sacrossanta *liberdade de circulação do capital* e da *livre criação de produtos financeiros derivados*, o *dinheiro organizado* vem cometendo toda a espécie de *crimes contra a humanidade*, crimes que afectam a vida e a dignidade de milhões pessoas.

Este é o retrato do *capitalismo do crime sistémico*. Esta é, sem disfarce, a *ditadura do grande capital financeiro*, uma situação intolerável, de cumplicidade entre o estado e o “dinheiro organizado” (o crime organizado).

15. – Perante a crise aberta em 2007/2008, houve quem acreditasse que viria aí um outro *New Deal* e que chegara a hora de enterrar de vez o neoliberalismo, já desacreditado no plano teórico. Durante algum tempo, muitos políticos, economistas e ‘comentadores’ fartaram-se de dizer que *o neoliberalismo morreu*, que o mundo não poderia continuar a ser o que foi nas últimas décadas, que era necessária “uma refundação global do capitalismo”, que “a ideologia da ditadura dos mercados” morreu com a crise. (Sarkozy, *O Globo*, 16 e 24 de Outubro/2008)

Foi sol de pouca dura. O grande capital financeiro rapidamente impôs aos governantes de turno o estúpido ‘argumento’ de que *não há alternativa* ao capitalismo e

ao neoliberalismo. Joschka Fisher (ex-dirigentes de *Os Verdes* e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um Governo alemão liderado pelo SPD), sintetiza deste modo a posição dos que desistiram de lutar: “ninguém pode fazer política contra os mercados”, escreveu ele (*Apud U. BECK, ob. cit., 58*).

Este ‘argumento’ é uma ofensa à nossa inteligência e à nossa liberdade. O capitalismo não é o fim da História. Acompanho Joseph Stiglitz: “este sucedâneo de capitalismo, no qual se socializam as perdas e privatizam os lucros, está condenado ao fracasso.” (*Diário Económico, 15.6.2009*)

As políticas que não vão contra os mercados, as políticas neoliberais da austeridade regeneradora e salvadora, impostas urbi et orbe pelos centros que comandam o mundo são políticas “sem legitimidade democrática” são políticas que “pecam contra a dignidade dos povos”, parafraseando o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, que fez em público esta confissão (fevereiro de 2015): “pecámos contra a dignidade dos povos”! No que me diz respeito, entendo que estas políticas, sejam pecado ou não, configuram um qualquer tipo legal de crime, inadmissível em democracia, porque nenhuma democracia pode acolher políticas que atentam contra a dignidade dos povos. Postas assim as coisas friamente, como classificar os crimes que atentam contra a dignidade dos povos? Não estaremos perante verdadeiros crimes contra a humanidade?

Como poderemos admitir que *não há alternativa ao capitalismo do crime sistémico!*

16. – Vivemos num tempo de grandes contradições e de grande desespero. A vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica que tem caracterizado os últimos duzentos anos de vida da humanidade dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo de cooperação e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta. Por isso este é também um tempo de esperança.

Apesar da ‘ditadura global’ que caracteriza este tempo de *pensamento único*, é preciso aproveitar as brechas que se vão abrindo na fortaleza do capitalismo globalizado. “Os que protestam contra a globalização – escrevia *The Economist*, já em setembro/2000 – têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de

globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos.”

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer o que nós já sabíamos: os *motores da globalização neoliberal* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

Acresce que, perante as contradições desencadeadas pela própria globalização neoliberal, muitos acreditam que a globalização, saudada pelos defensores do sistema como a solução para os seus problemas, “acciona forças que colocam em relevo não somente a incontabilidade do sistema por qualquer processo racional, mas também, e ao mesmo tempo, a sua própria incapacidade de cumprir as funções de controlo que se definem como sua condição de existência e legitimidade.” (I. MÉSZÁROS, *O Século XXI*, cit., 105)

Com Eric Hobsbawm (*A Era dos Extremos...*, cit.), acredito que “o futuro não pode ser uma continuação do passado, e [que] há sinais, tanto externamente como internamente, de que chegámos a um ponto de crise histórica. (...) O nosso mundo corre o risco de explosão e de implosão. Tem de mudar.”

O capitalismo globalizado ganhou força. Os redutos de defesa do capitalismo são cada vez mais difíceis de conquistar. Mas ele é hoje um sistema económico e social que só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa média de lucro* e proporcionar ao grande capital financeiro as *rendas parasitas e criminosas* de que se alimenta. As suas contradições e as suas debilidades estão sujeitas aos efeitos tão bem traduzidos na velha máxima segundo a qual *maior a nau, maior a tormenta*.

A discussão sobre o *fim do estado social* – dramatizada até ao extremo, a coberto da crise, no quadro de uma *estratégia do medo* – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear. Como recorda Mark Blyth, o estado social é “uma forma de seguro de activos para os ricos.” No entanto, diz ele, “aqueles que detêm a maioria dos activos andam a fugir ao pagamento do seguro.” Talvez estejam a brincar com o fogo..., digo eu.

Este *capitalismo do crime sistémico* é insustentável, acentuando a urgência das tarefas de quantos não desertam do desafio de *transformar o mundo*. Como cidadãos, todos somos responsáveis. Mas, no que se refere ao *trabalho teórico* (que nos ajuda a

compreender a realidade para melhor intervir sobre ela), como no que respeita à *luta ideológica* (que nos ajuda a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas e é, hoje mais do que nunca, um factor essencial da luta política e das lutas sociais), cabe aos juristas e aos universitários uma responsabilidade ainda maior.

Sabemos que o desenvolvimento científico e tecnológico induzido pelas revoluções burguesas proporcionou um aumento meteórico da capacidade de produção e da produtividade do trabalho humano, criando condições mais favoráveis ao progresso social. Este desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o próprio homem, como criador, depositário e utilizador do conhecimento) só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a vida colectiva, para que possamos alcançar o que todos buscam: a felicidade.

Mas também sabemos que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o ‘motor da história’. Essas mudanças hão-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. Os povos organizados podem, porém, acelerar o movimento da História e podem ‘fazer’ a sua própria história, dispondo-se à luta para tornar o sonho realidade. E se *o sonho comanda a vida* (como diz o poema de António Gedeão cantado por Manuel Freire), *a utopia ajuda a fazer o caminho* (como ensina Eduardo Galeano). *Sonhar é preciso*. Mesmo em tempos difíceis. Sobretudo em tempos difíceis, como nos diz o poeta, compositor e cantor brasileiro Chico Buarque, que, em tempos de ditadura, sonhava e cantava o seu “sonho impossível”, porque acreditava nele: “Lutar, quando é fácil ceder / (...) Negar, quando a regra é vender / (...) E o mundo vai ver uma flor / Brotar do impossível chão”.

António José Avelãs Nunes
Coimbra, 12.11.2016

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- AVELÃS NUNES, António José – *A Crise do Capitalismo – Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*, Lisboa, Editora Página a Página, 6ª edição, 2013;
- *O estado capitalista e as suas máscaras*, Lisboa, Edições Avante, 3ª edição, 2013;
- *Os trabalhadores e a crise do capitalismo*, Lisboa, Página a Página, 2015;
- *QUO VADIS, EUROPA?*, São Paulo, Editora Contracorrente, 2016;
- *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista*, reimpressão da 1ª edição (1991), Lisboa, Página a Página, 2016 (com Prefácio do Autor).
- *O neoliberalismo não é compatível com a democracia*, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris e Faculdade Guanambi Editora, 2016.
- BALIBAR, Étienne – “Um novo impulso, mas para que Europa?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Março/2014.
- BECK, Ulrich – *A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merkievel”: Estratégias de Poder na Crise do Euro*, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2013.
- BLYTH, Mark, *Austeridade – A História de uma Ideia Perigosa*, trad. port., Lisboa, Quetzal, 2013.
- FONSECA, Fernando Adão da – “Estado Garantia: o Estado Social do Século XXI”, em *Nova Cidadania*, nº 31, jan-março/2007, 24-29.
- FRIEDMAN, Milton e Rose – *Liberdade para escolher*, trad. port., Europa-América, Lisboa, s/d (1ª ed. americana, 1979).
- GAMBLE, Andrew, *The Free Economy and The Strong State – The Politics of Thatcherism* (2ª edição), Londres, Macmillan, 1994.
- HABERLER, Gottfried – “Inflación y Desarrollo Económico”, em *Revista de Economía y Estadística*, 1958, n.º 3, 81-83;
- “Política de salarios, empleo y estabilidad monetaria”, em *Información Comercial Española*, Agosto-Setembro/1969, 165-173.
- HABERMAS, Jürgen – *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.
- HAYEK, Friedrich A. – *Studies in Philosophy, Politics and Economics* (1ª ed., 1967), Routledge and Kegan Paul, Londres, 1978.
- HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos. Breve História do Século XX: 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- IRTI, Natalino – *L’Ordine Giuridico del Mercato*, Bari, Laterza, 1998.
- KRUGMAN, Paul – “Quando a austeridade falha”, *The New York Times*, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal i*);
- *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.
- MÉSZÁROS, István – *O Século XXI – Civilização ou Barbárie?*, trad. bras., Boitempo Editorial, São Paulo, 2006.
- SAMUELSON, Paul e William NORDHAUS – *Economia*, 12ª e 14ª edições, McGraw - Hill, Lisboa, 1988 e 1993.
- SEN, Amartya – *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

- STIGLITZ, Joseph E. – *Globalization and its Discontents* (2002), trad. em castelhano, *El Malestar en la Globalización*, Madrid, Santillana Ediciones Generales, 2002;
– *O Preço da Desigualdade*, trad. port., Lisboa, Bertrand, 2013.
- STREECK, Wolfgang – *Tempo Comprado – A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*, trad. port., Lisboa, Conjuntura Actual Editora, 2013.